



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH**

MARÍLIA DA SILVA CHAVES RIBEIRO

**OS DESAFIOS DA ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE APOIO
ESCOLAR (PAE)**

ACARAPE - CE

2023

MARÍLIA DA SILVA CHAVES RIBEIRO

OS DESAFIOS DA ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR (PAE).

Ensaio acadêmico apresentado como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira.

Orientador: Prof. Dr. Jon Anderson Machado Cavalcante.

ACARAPE - CE

2023

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, expresso minha profunda gratidão a Deus, que me concedeu a serenidade e a determinação necessárias para a realização deste trabalho. Em especial, sou grata ao meu orientador, cuja paciência, incentivo e dedicação foram fundamentais na elaboração deste ensaio. A minha família, expresso minha sincera gratidão pelo constante incentivo e apoio que me deram. Esta conquista é dedicada à memória dos meus amados pais, que já não se encontram entre nós. Embora a sua presença física não seja mais uma realidade, a influência de vocês é sentida em cada passo que dou, em cada decisão que tomo. Vocês foram a minha inspiração e a minha força, e continuam sendo, mesmo em sua ausência. Finalmente, este trabalho é o resultado de muitos corações. A todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a sua realização, o meu mais sincero obrigado.

RESUMO

O presente ensaio visa abordar os desafios da atuação do (a) Profissional de Apoio Escolar (PAE), considerando, reflexões e dialogando com ideias e estudos que escreveram sobre a mesma perspectiva, no aspecto da importância da Educação Inclusiva e dos desafios desses (as) agentes na área escolar. Atualmente, ainda não se definiu uma formação exclusiva para o exercício do (a) PAE. Portanto, conforme as formas de contrato, esse (a) agente de apoio poderá eventualmente exercer funções que não são foco de sua atuação ou que não atendam plenamente à particularidade do (a) estudante. Posto isso, primeiramente iremos através deste ensaio descrever sobre os aspectos jurídicos e sociais da Educação Inclusiva e de Profissional de Apoio Escola (PAE), observando dados sobre a presença de alunos (as) com deficiência nas escolas. Na sequência, abordamos os desafios da integração do (a) PAE em sala de aula junto do (a) docente regente, dentro de uma perspectiva inclusiva e não capacitista, e por último os desafios da formação do Profissional de Apoio Escolar diante do que é exigido pela legislação brasileira. Finaliza-se com questionamentos sobre as necessárias mudanças e visibilidade do PAE. Este ensaio acadêmico não irá encerrar os diversos debates a qual envolvem profissionais de apoio e a luta por um sistema educacional mais inclusivo. Pelo contrário, contribuirá de modo interdisciplinar e crítico para o reconhecimento dessa profissão.

Palavras - chave: Profissional de Apoio Escolar (PAE), Educação Inclusiva, Escola.

Abstract: This essay aims to address the challenges of the role of the School Support Professional (SSP), considering, reflecting and dialoguing with ideas and studies that wrote about the same perspective, in terms of the importance of Inclusive Education and the challenges of these agents in the school field. Currently, exclusive training for the exercise of SSP has not yet been defined. Therefore, depending on the forms of contracting, this support agent may eventually perform functions that are not the focus of their activity or that do not fully meet the student's particularities. That said, through this essay we will first describe the legal and social aspects of Inclusive Education and School Support Professionals (PAE), observing data on the presence of students with disabilities in schools. Then, we address the challenges of integrating the PAE in the classroom with the teaching staff, within an inclusive and non-trainingist perspective, and, finally, the challenges of training this professional.

Keywords: School Support Professional (PAE), Inclusive education, School.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	05
2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR	07
2.1 Desafios da integração de PAE`s nas práticas escolares.	11
2.2 Desafios da formação de PAE.	17
3 CONCLUSÃO	20
REFERÊNCIAS	21

1 INTRODUÇÃO

O tema escolhido para este ensaio acadêmico como Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Humanidades (BHU) são os desafios enfrentados na atuação de Profissionais de Apoio Escolar, que podem ter diferentes nomenclaturas a depender da localidade tais como cuidador (a) ou acompanhante escolar entre outros.

A escolha deste tema foi motivada pela minha experiência e envolvimento com a educação inclusiva, tendo participado ativamente de eventos desde da minha adolescência, proporcionados pela Associação de Pais e Amigos de Redenção (APADR). Além disso, como estudante universitária, tive a oportunidade de concorrer ao edital de Cuidadores Escolares em Redenção-Ceará no ano de 2022.

Durante o ano de 2022, realizei um estágio em uma escola da rede pública no município em questão, atuando por seis meses como Profissional de Apoio escolar de um aluno diagnosticado com Síndrome de Down. No presente ano de 2023, estou novamente exercendo a função, desta vez em uma instituição privada. Portanto, este tema é de grande relevância para mim, pois está intrinsecamente ligado ao meu cotidiano e sinto-me compelida a abordá-lo.

O presente ensaio, portanto, visa desenvolver primeiramente sobre a Educação Inclusiva e Profissionais de Apoio Escolar (PAE), tendo em vista aspectos de evolução das matrículas dos alunos com deficiência em salas de aula comum, na sequência aborda desafios da integração de PAE nas práticas escolares, a relação desses/as profissionais junto do professor regente de sala, e por último desafios da formação de PAE, no contexto atual e como as Leis estão relacionadas a este profissional.

Seguindo essa linha de raciocínio, temos a discussão sobre a defasagem relativa à formação desses/as profissionais pois, embora a exigência de trabalho sobre a educação inclusiva seja emergente, ainda há muito o que ser discutido e firmado a respeito da profissão, até porque, conforme estabelecido pela lei atualmente, não têm uma exigência específica de formação prévia.

Nesse aspecto, acredito que seja relevante pensar uma forma de capacitar minimamente essas pessoas para uma função tão importante como essa, de apoiar às crianças com algum tipo de deficiência, em diálogo com professores/as e familiares, para assim, terem uma qualidade maior em suas experiências educativas.

Assim, fortalecer a atuação dos Profissionais de Apoio por meio de um processo formativo em que poderia ser focado o debate sobre qual é de fato a função e os desafios nos

contextos escolares desses/as Profissionais de Apoio Escolar (PAE) para o favorecimento da educação inclusiva e não capacitista.

Para que possa abordar firmemente sobre a questão central deste ensaio acadêmico é importante entender diversos aspectos pertinentes à educação brasileira. Nesse sentido, essa temática será discutida a partir das fontes de estudos anteriores, trarei colaborações de outros pesquisadores/as e que possibilitam uma contribuição para a reflexão acerca da atuação do/a profissional de apoio escolar (PAE).

Em especial, de pesquisas e de estudos que tenham elementos relacionados à questão central deste ensaio, em sintonia com o compromisso desta intelectual para uma educação escolar inclusiva diversa e conseqüentemente mais democrática.

Ainda trarei no texto questionamentos e elementos sobre aspectos da educação brasileira, posto o contexto da educação inclusiva, sabendo que temos um cenário social de estudo complexo, que é a escola.

Continuando essa linha de raciocínio iremos dialogar sobre quais os benefícios que podem ser produzidos nessa interação entre cuidadores/as, escola e famílias. Como essa comunicação e relações educacionais podem ocorrer para que a inclusão escolar seja universalizada, que estudantes acessem esse espaço social e direito adquirido constitucionalmente.

Neste ensaio, parte da minha experiência de vida vivenciada é amplamente fundante na minha formação de vida, social e acadêmica, pois os trabalhos lidos na área me chamam muita atenção tendo vista os desafios da atuação desses profissionais. O quanto é essencial o meu contato com esse tema proposto, por ele ser sensível e relevante para a luta das pessoas com deficiência física e/ou cognitiva.

Minha interação com o movimento de pessoas com deficiência, antes de ingressar na universidade, não se fundamentava em conteúdos acadêmicos. Era influenciada, em grande parte, pela minha família, que sempre enfatizava a importância de me comprometer com essa causa. Além disso, tinha consciência de que as pessoas com deficiência possuem seu próprio espaço para expressar suas opiniões e desempenham um papel fundamental na construção da história.

Dessa forma, ao ingressar na universidade, já manifestava uma nova perspectiva, um interesse pessoal nesse assunto que me sensibilizou e acompanhou parte da minha adolescência. Isso me levou a questionar como essas pessoas estão sendo tratadas da rede de ensino, onde estão inseridas nesses espaços.

Por isso, a escolha do formato do ensaio acadêmico é adequada para a elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso no Bacharelado em Humanidades, pois permite integrar reflexões de experiências pessoais com elaborações acadêmicas diante de um tema profundamente interdisciplinar, com profunda interface entre a Educação, as Ciências Sociais e os Direitos Humanos.

O objetivo central é destacar nessas linhas dois dos inúmeros desafios dos múltiplos aspectos enfrentados pelos/as Profissionais de Apoio Escolar em seu desempenho laboral: a integração às práticas educacionais em um horizonte inclusivo e anticapacitista, e as peculiaridades da sua formação.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR

A trajetória da Educação Inclusiva dentro do contexto histórico brasileiro, por vezes tem sido reconfigurada por meio de progressos e de retrocessos. A situação específica desse processo pode ser entendida pela perspectiva de Carvalho (2009, p. 18) que afirma: “Os movimentos históricos marcados pela exclusão e segregação das pessoas portadoras de deficiências têm sido substituídos por propostas inclusivas”.

Nesse sentido, é importante apontar as mudanças nas concepções acerca dessa população e de suas pautas, pois no meu entender, presentemente o uso do termo “pessoa portadora de deficiência” não é mais representativo e adequado, sendo indicada a designação “pessoa com deficiência (PCD)”, pois o emprego da denominação anterior deduzia ser uma condição temporária.

Portanto, observo através de leituras realizadas até o momento desta escrita, que a reformulação da expressão acima é uma manifestação das pessoas com deficiências para que a suas necessidades estejam em conformidade com os direitos promulgados na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e assim, possibilite uma educação inclusiva condizente com as suas necessidades.

Posto isso, por ser profissional de apoio escolar, tenho presenciado algumas manifestações tanto de representações populares quanto de associações, que promovem a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade, a reeducação transformadora das ideias naturalizadas pelo preconceito e discriminação ainda tão perceptíveis nos espaços sociais. Em especial, o destaque cada vez maior, por exemplo, ao uso do termo “capacitismo” entre educadores/as.

De acordo com Marchezan *et al* (2021, p. 50) “[...] o capacitismo é uma forma de preconceito, de discriminação contra a pessoa com deficiência, faz parte da sociedade e envolve as capacidades que uma pessoa possui ou não”. Sobre o ponto de vista das autoras, compreendo que o significado desse vocábulo, conceito, é referente a uma discriminação sistêmica.

Na mesma perspectiva, conforme as contribuições da Vendramin (2019, p. 17), “Capacitismo é a leitura que se faz a respeito de pessoas com deficiência, assumindo que a condição corporal destas é algo que, naturalmente, as define como menos capazes”. A autora acrescenta que a atitude passaria despercebida e naturalizada no cotidiano, que muitas vezes acontece de forma mascarada e pode causar um impacto negativo na vida das pessoas com deficiência.

Portanto, no que concerne à educação inclusiva, é de suma importância citar as leis correspondentes que permitem e garantem a viabilidade da inclusão das pessoas com deficiência nos espaços sociais e educacionais, que apontam para o necessário fomento à criatividade, à autonomia e à cooperação entre todos/as estudantes junto com a professores, gestão escolar e familiares.

Assim sendo, segundo a Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/97), a educação é um direito de todos, sobretudo das pessoas com deficiências, as quais devem ter a possibilidade de uma socialização ampla e conjunta, receber um atendimento educacional especializado adequado às suas necessidades de aprendizagem.

Estas atribuições são reforçadas pela Lei Brasileira da Inclusão (LBI), Lei número 13.146/2015, estatuto que garante os direitos das pessoas com deficiência e com transtornos globais do desenvolvimento. Observo que essa lei contempla diversas questões sociais, como o direito à educação, à moradia, ao trabalho, ao lazer e à seguridade social, e visa promover a inclusão social e a cidadania dessas pessoas. Abrangendo a importância da garantia dos direitos humanos no Brasil.

Posto isso, em concordância com leis acima supracitadas, os últimos levantamentos do resumo técnico do Censo Escolar da Educação Básica 2022 contribuem para pensar acerca dos passos até aqui trilhados para o alcance desses direitos, ao apontar que:

O número de matrículas da educação especial chegou a 1,5 milhão em 2022, um aumento de 29,3% em relação a 2018. O maior número está no ensino fundamental, que concentra 65,5% dessas matrículas. Quando avaliado o aumento no número de matrículas entre 2018 e 2022, percebe-se que as de educação infantil são as que mais cresceram, um acréscimo de 100,8% (Brasil, 2023. p. 36)

Nota-se, que o aumento de matrículas nos últimos anos, possivelmente, seja proveniente de políticas públicas inclusivas que estão sendo adotadas nas escolas. No entanto, é necessário considerar que:

Além do acesso, há desafios relacionados à permanência dos estudantes nas escolas. Segundo a pesquisa “Enfrentamento da Cultura do Fracasso Escolar”, realizada pelo Cenpec e Unicef, em 2012, dos 859.942 estudantes com deficiência matriculados, 23.041 deixaram a escola em 2019 (Unicef/Cenpec, 2021). Esses dados ainda não dão conta das situações de exclusão escolar, ou seja, aquelas em que as crianças sequer entraram no sistema de ensino (Brasil, 2023, p. 15)

Muitos são os desafios para o acesso e permanência de estudantes nas escolas brasileiras. Por isso, é relevante perceber as particularidades relacionadas à vida escolar da população com deficiência, que estão também vinculadas aos contextos familiares e sociais nos quais está inserida:

Nesse sentido, é importante mencionar a grave relação entre deficiência, pobreza e vulnerabilidade. Grande parte das crianças e jovens com deficiência são pobres (CAVALCANTE et al., 2009) e, com frequência, estão sob cuidados de mães solo, já que as taxas de abandono de lar por pais de crianças com deficiência são consistentemente mais altas (MENEZES, 2021). A pouca rede de apoio normalmente é composta por outras mulheres e não é incomum que essa mãe abra mão de sua vida pessoal e se afaste do mercado de trabalho. Quanto maior o nível de dependência da pessoa com deficiência, maior a precarização da vida familiar, haja vista que não há políticas garantidoras da remuneração do cuidado no âmbito doméstico (Educação inclusiva, 2022, p. 16)

Os aspectos acima demonstram elementos do contexto social associados aos processos de exclusão escolar, de dificuldade de acesso e de permanência desses estudantes. Soma-se a esses fatores as limitações da estrutura escolar no Brasil, que refletem diretamente nas possibilidades da presença de estudantes com deficiência nas escolas. É o que é possível observar abaixo:

O Censo Escolar (INEP/MEC, 2020) possui dados de acessibilidade apenas para os anos de 2019 e 2020, que mostram que 60% das escolas ainda não têm qualquer medida de acessibilidade arquitetônica. Banheiros acessíveis (47%) e a presença de corrimão (25%) e rampas (48%) estão entre os recursos de acessibilidade mais comuns. Porém, a Lei Brasileira de Inclusão determina que os ambientes de ensino sejam totalmente acessíveis. Vale lembrar que esses dados são fornecidos pelas próprias escolas e não contemplam outros tipos de acessibilidade. A acessibilidade comunicacional é condição essencial para a permanência e a participação de muitos estudantes. Um importante exemplo disso é a necessidade de disponibilidade de intérpretes de Libras em todo o turno escolar, assim como o ensino de Libras para todos os estudantes, promovendo uma educação bilíngue inclusiva (Brasil, 2023, p. 18-19).

Assim, é imperativo o maior desenvolvimento das políticas educacionais de inclusão para avançar frente aos limites ainda presenciados nas escolas. Em relação aos quais, por um lado, justifica-se a pertinência de Profissionais de Apoio Escolar, e por outro, vislumbra-

se os desafios enfrentados por esses/as em sua atuação em um cenário ainda bastante aquém do que preconizam as leis até aqui mencionadas.

Desse modo, é fundamental a contratação de agentes para o desempenho de uma função específica de fortalecimento da inclusão escolar, a exemplo, o auxílio de um profissional de apoio à inclusão escolar. Em um contexto complexo, pois apesar dos limites estruturais, sociais e pedagógicos destacados, o Censo Escolar de 2022, declara:

O percentual de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades matriculados em classes comuns tem aumentado gradualmente para a maioria das etapas de ensino. Com exceção da EJA, as demais etapas da educação básica apresentam mais de 90% de alunos incluídos em classes comuns em 2022. A maior proporção de alunos incluídos é observada na educação profissional subsequente/ concomitante, com inclusão de 99,7%. O maior aumento na proporção de alunos incluídos, entre 2018 e 2022, ocorreu na educação profissional subsequente/concomitante, um acréscimo de 7,5 p.p. (Brasil, 2023. p. 37).

As classes comuns referidas nas informações do Deed/Inep, se referem as salas de aula que oferecem educação inclusiva para todos/as estudantes, independentemente de suas necessidades educacionais. Essas classes buscam promover maior interação, respeito e a acessibilidade no ambiente escolar.

Diante dos dados anteriormente apresentados, é perceptível que a aplicação de políticas inclusivas e de salas comuns nas escolas, apesar dos obstáculos estruturais e sociais citados, está gerando alguns resultados significativos, ou seja, o aumento do número de matrículas.

Assim sendo, para atender a demanda em questão, considero que, uma das medidas imprescindíveis, é recorrer ao profissional de apoio escolar, com objetivo de reforçar e proporcionar um ensino promotor condizente com a especificidade do/a aluno/a e da instituição.

Portanto, a partir do que foi apontado acima, o Art. 3º Nota Técnica nº XIII da Lei 13.146, de 06 de julho de 2015, define as características gerais do/da profissional de apoio escolar, como:

XIII - profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (Brasil, 2015)

Conforme o respaldo de uma das legislações vigentes que assegura quais as atividades dos (as) agentes de inclusão, observo que a intervenção desse/a profissional tem se tornado pauta fundamental para a efetivação das atividades pedagógicas inclusivas das escolas. É o que sugere Lima (2018, p. 109) ao dizer que “A presença do profissional cuidador/monitor

é parte integrante dos documentos oficiais que configuram a política educacional na perspectiva da inclusão escolar”.

Porém, embora a sua participação represente um oportuno suporte promotor para com as políticas pedagógicas inclusivas, a meu ver é uma das profundas lacunas institucionais a não regulamentação dessa profissão na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o que dificulta o desenvolvimento de sua atuação laboral nas escolas.

Isso se expressa nas nomenclaturas utilizadas para o registro profissional, Lima (2018, p. 109) aponta que “Existem diferentes definições que coincidem e se diferenciam entre si sobre a função do cuidador escolar. Nesse contexto, a nomenclatura sofre variações podendo se aproximar ou se distanciar no entorno da definição”.

Um exemplo, é o Edital N°001/2022 (REDENÇÃO, 2022) da cidade de Redenção, Ceará, que lançou em seu documento a definição de estágio remunerado para contratar estudantes, como, “cuidadores”, mas que exigia estar cursando Licenciaturas, Humanidades ou Bacharelado em Psicologia.

Percebo então, através de leituras para fundamentar esse trabalho, que a existência de diferentes nomenclaturas redigidas em publicações para se referir aos PAE`s, como por exemplo, cuidador/a, acompanhante terapêutico, agente de inclusão e Profissional de Apoio Escolar, refletem a imprecisão da regulamentação laboral e os modos com que, em cada lugar, o processo de inclusão escolar é pensado e promovido.

Apesar disso, uma das designações referidas pelo próprio Ministério da Educação (MEC) é o termo Profissional de Apoio Escolar (PAE), o mesmo que intitula um dos cursos oferecido pelo AVAMEC, um portal para formações, intitulado de “Profissional de Apoio Escolar” (AVAMEC, 2023), e o supracitado na Lei do Estatuto de Pessoas com Deficiência.

2.1 Desafios da integração de PAE`s nas práticas escolares.

A princípio, através da minha percepção, observo que algumas das dificuldades associadas ao trabalho do Profissional de Apoio Escolar (PAE), estão intrinsecamente relacionadas ao discernimento quanto à sua presença e função em sala de aula.

Assim como, embora o foco central do/a PAE seja o/a estudante com deficiência, por vezes entende-se que esse/a profissional não tem responsabilidade sobre as metodologias e práticas de ensino. Oliveira *et al* (2020, p. 418) destacam esse equívoco nessa relação do trabalho: “Se o papel do profissional de apoio não se centra sobre o processo de ensino dos

conteúdos escolares, torna-se contraditório justificar a contratação desse profissional com base na dificuldade de aprendizagem do aluno”.

Portanto, enfatizo a necessidade de compreender as atribuições do Profissional de Apoio para aprimorar a execução do ensino em um compromisso inclusivo e não capacitista. Ou seja, a função de apoio nas práticas educacionais não pode prescindir da participação dos/as PAE nos processos de formulação e de avaliação das práticas de ensino e dos processos de aprendizagem, sem prejuízo da autonomia e das competências específicas de cada professor e integrante das instituições de educação. Até para que, nessa integração no contexto escolar, haja a identificação e busca de superação de aspectos capacitista nas experiências educativas.

No entanto, os autores citados acima observaram através de pesquisas que “[...] as dificuldades no processo de aprendizagem do aluno são observadas no instante da solicitação do profissional de apoio” (OLIVEIRA *et al* 2020, p. 418). No meu entender, a melhoria da convivência entre PAE, professores/as e familiares resulta do compartilhamento das ações na sala de aula, para uma maior integração nas práticas realizadas, com atenção às particularidades de cada estudante e da estrutura escolar - física e pedagógica.

Assim, uma questão importante que se relaciona com o tema proposto são as formas com que o/a PAE se articula com o (a) professor (a) titular da turma, pois enquanto o (a) docente é o/a responsável pelo planejamento e pela condução das aulas, o/a outro/a agente de inclusão irá contribuir para a efetivação das atividades pedagógicas desenvolvidas. Quanto a isso, segundo o Oliveira *et al*:

Quanto aos processos de ensino e aprendizagem, o professor regente de sala e o aluno são as figuras centrais, cabendo aos profissionais de apoio oferecer o suporte no que se refere às questões funcionais do aluno, sem prejuízos ou desresponsabilização dos papéis inerentes a esses atores. Consequentemente, cabe ao professor a atribuição de realizar as devidas mediações para a promoção da aprendizagem, de acordo com as singularidades dos sujeitos envolvidos nesse processo (Oliveira *et al*, 2020, p. 399).

Partindo desse pensamento, o/a PAE pode e deve dialogar com o/a professor/a sobre as necessidades e as potencialidades dos/as estudantes, como um intermediador/a, pensando estratégias conjuntamente para favorecer a aprendizagem, além de contribuir ao trazer as percepções dos/as familiares sobre o/a discente. Essas são algumas indagações que podem orientar a reflexão e a prática do/a PAE no contexto escolar, visando uma atuação colaborativa e integrada com o/a professor/a regente e com a família em uma perspectiva inclusiva e, evidentemente, não capacitista.

Contudo, para a execução das atividades em sala de aula, seria benéfico se o/a professor/a regente pudesse demonstrar como projeta a condução da atividade adaptada para o/a aluno/a, como caracterizado por Oliveira *et al* (2020, p. 418) “Cabe ao professor incluir em

seu planejamento, estratégias de mediação da aprendizagem que contemplem o aluno com deficiência respeitando suas particularidades cognitivas”. Ou seja, facilitar a compreensão do/a PAE em relação às instruções e práticas didáticas que promovam maior autonomia do (a) estudante. Acerca disso os mesmos autores alegam que:

A prática do profissional de apoio precisa ser estabelecida com o foco no aluno, de modo a garantir-lhe a participação em todas as atividades escolares, suprindo as suas necessidades básicas e funcionais, sem prejuízos, constrangimentos ou exposições. Ademais, caberá ao profissional de apoio a realização de um trabalho colaborativo com o professor regente de sala e com a família, sem substituição de suas respectivas atribuições, de maneira que o aluno possa evoluir gradativamente na construção de sua autonomia. Cumpre ressaltar a relevância da relação profissional de apoio-aluno estar pautada nos ideais de respeito ao ser humano, considerando seus saberes, ritmos, desejos e interesses. (Oliveira *et al*, 2020 p.417).

No entanto, vários estudos apontam um fator dificultador dessa integração entre PAE's e Docentes no que se refere ao diálogo sobre as estratégias e metodologias para a inclusão de cada estudante. É o que pode ser visto no trecho abaixo:

Relatório de monitoramento realizado pela Unesco, em 2020, mostra que, embora 70% dos países da América Latina prevejam em leis ou políticas a capacitação de professores para a inclusão, em geral ou para pelo menos um grupo, e 59% prevejam em leis, políticas ou programas a capacitação de professores para as necessidades da Educação Especial, mais de 50% dos professores no Brasil, na Colômbia e no México relataram uma grande necessidade de desenvolvimento profissional na área de ensino de alunos com deficiência (Unesco, 2020). (Brasil, 2023, p. 19-20)

Conforme a citação, observa-se um obstáculo para o diálogo entre PAE e professores/as pela própria limitação de suas formações. Essa percepção é partilhada também por parte da sociedade e dos/as próprios/as educadores/as. É o que se atesta através do seguinte trecho:

Segundo pesquisa realizada pelo Datafolha, 71% das pessoas entrevistadas concordam com a afirmação de que os professores têm interesse em ensinar crianças com deficiência, porém, 67% concorda que eles não têm formação para tanto (INSTITUTO ALANA, 2019). Pesquisa recente encomendada pela Fundação Lemann, em parceria com o Instituto Rodrigo Mendes e realizada pelo Datafolha, mostra que a grande maioria dos docentes brasileiros (83%) entende que a inclusão contribui para a aprendizagem, sendo que 70% deles acredita que a inclusão é melhor para a aprendizagem de todos os estudantes e 13% confia que seja melhor para os estudantes com deficiência. Além disso, a ampla maioria dos docentes entrevistados (95%) sabe que é direito dos estudantes com deficiência terem acesso a escolas comuns e compartilharem seus espaços com os demais. Porém, 40% dos docentes nunca teve acesso à formação do tema da inclusão de estudantes público-alvo da Educação Especial, sendo mais significativa no Ensino Médio, etapa na qual 50% dos professores declararam não ter formação no tema (Datafolha, 2022). (Brasil, 2023, p. 19-20).

Apesar do aumento das matrículas de pessoas com deficiência nas escolas ao longo do tempo, a formação dos/as educadores/as ainda não é suficiente para a efetivação da inclusão de modo amplo e consistente. E pode-se adicionar a isso, as lacunas nas escolas nos requisitos de acessibilidade e de recursos pedagógicos facilitadores da aprendizagem.

Com base na minha experiência atuando como Profissional de Apoio Escolar (PAE) no Ensino Fundamental, identifiquei uma lacuna significativa no planejamento de atividades elaborado pelo/a professor/a para o/a estudante. A proposta de atividade se restringia basicamente a colorir desenhos, o que resultava na falta de interesse do aluno em permanecer em sala de aula.

Diante dessa constatação, tomei a iniciativa de buscar atividades que pudessem contribuir para o desenvolvimento do aluno. Implementei atividades impressas que estimulavam o aluno a se esforçar mais para resolver, sem, no entanto, prejudicar. Como resultado, o educando passou a permanecer por mais tempo em sala de aula, demonstrando o impacto positivo de um pequeno planejamento de atividades mais diversificado e adequado às necessidades individuais do estudante.

No presente ano de 2023, percebo uma mudança na dinâmica da escola em que trabalho. A relação dos/as professores/as comigo e com o estudante se desenvolve de maneira positiva respeitando as particularidades do aluno, tanto dentro de sala de aula quanto nos demais espaços da escola. Embora o fluxo de professores seja maior no 6º ano do Ensino Fundamental II, as atividades estão sendo meticulosamente planejadas para atender às necessidades específicas do/a aluno/a. Além disso, as avaliações também são adaptadas para permitir que o/a estudante resolva as questões de forma o mais autônoma possível. Esta mudança reflete, portanto, a importância de um planejamento inclusivo e adaptado às necessidades individuais de cada aluno.

Nesse sentido, quando se tem uma boa convivência entre PAE's e docentes é possível ver a importância de um planejamento educacional inclusivo, que seja capaz de se adaptar às necessidades individuais de cada aluno, junto também da compreensão e da definição das funções desses/as profissionais. Posto isso, observo que, o melhor entendimento das atribuições do/a Profissional de Apoio Escolar, leva ao aprimoramento da colaboração no trabalho educativo, promovendo assim, um ambiente de aprendizado mais efetivo e acolhedor.

Disso pode resultar um desempenho efetivo das práticas escolares, fato esse retratado pelos autores Oliveira *et al* (2020, p. 407) "Os profissionais de apoio mais precisamente voltados à realização da locomoção, higiene pessoal e alimentação, têm o papel de subsidiar o aluno na realização dessas atividades, caso ele não as realize de modo independente". Embora estas sejam as funções primordiais do PAE, é importante ressaltar que suas responsabilidades não se limitam apenas a essas tarefas. O PAE desempenha um papel crucial na promoção de um ambiente de aprendizado inclusivo e eficaz, adaptando-se às necessidades individuais de cada aluno.

Assim como as demais atribuições do PAE emergem das demandas específicas de cada estudante, percebidas no diálogo com a família e com professores/as, sempre em busca do respeito à sua independência, da potencialização de suas capacidades físicas e cognitivas, de sua autonomia.

Além disso, é de observar que o/a PAE pode desempenhar um papel complementar, não exclusivo, no suporte ao estudante. Dessa forma, as demandas não recaem somente sobre o/a profissional de apoio, mas são distribuídas por toda a gestão escolar, promovendo uma reestruturação que inclui o/a educando/a no processo. Nesse sentido temos as contribuições de Oliveira *et al.* (2020, p. 407):

Compreendemos que os serviços do profissional de apoio só se aplicam quando as necessidades específicas do aluno público-alvo da educação especial não forem contempladas, a partir da oferta geral da escola, em virtude de suas necessidades específicas. Ou seja, quando, por exemplo, os cuidados necessários a uma criança não forem suficientes para a promoção de sua autonomia e bem-estar, aplicam-se os serviços do profissional de apoio.

Em virtude disso, a relevância de elucidar as responsabilidades tanto do/a professor/a regente como do/a profissional de apoio escolar reforça a importância das suas contribuições em sala de aula de modo adicional, complementar ao que é ou deve ser realizado pela comunidade escolar. Diante desse cenário, explicitando os papéis desses/as profissionais, concilia-se em conjunto para garantir a qualidade do ensino e a inclusão dos/as alunos/as de acordo com suas necessidades educacionais específicas.

Na perspectiva dos autores Oliveira *et al* (2020, p. 416) “[...], o papel do profissional de apoio se vincula aos aspectos funcionais do aluno e não diretamente ao processo de ensino dos conteúdos escolares”. Dito isso, o/a PAE pode facilitar a comunicação, a acessibilidade e a autonomia do aluno, sem desconsiderar as estratégias e metodologias fortalecedoras de sua aprendizagem. Portanto, não tem função de protagonismo pedagógico, o que entraria nas ações do corpo docente, mas sim de apoio ao processo de inclusão escolar.

A seguir, um ponto a ser destacado neste ensaio acadêmico é a participação das famílias nos contextos escolares, sendo os/as principais colaboradores/as no processo de aprendizado dos/as filhos/as, neste caso especialmente no cenário da educação inclusiva e não capacitista.

O reconhecimento que a participação das famílias impulsiona significativamente o desenvolvimento do(a) aluno(a) que está sendo acompanhado na escola é algo substancial para o avanço da inclusão escolar, percebi essa realidade no cotidiano como Profissional de Apoio Escolar (PAE) na escola privada onde atualmente exerço minha função, prestando apoio a um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Gostaria de enfatizar que esta família em

particular acompanha de perto todo o desenvolvimento do filho na escola, estabelecendo uma interação positiva com toda a comunidade escolar.

Organizado pela UNESCO, a conferência de Salamanca de 1994, cita a participação dos pais na educação dos filhos "Os pais são parceiros privilegiados no que diz respeito às necessidades educativas especiais dos seus filhos e, na medida do possível, deve-lhes ser dada a escolha sobre o tipo de resposta educativa que pretendem para eles" (UNESCO, 1994, p. 38).

Nesse sentido, as famílias têm o potencial de desempenhar um papel crucial na promoção da conscientização social sobre os direitos e as capacidades das pessoas com deficiência, no ambiente escolar e comunitário, incentivando assim o respeito e a apreciação da diversidade.

Então, devemos ver e respeitar as famílias como semelhantes no processo de ruptura das barreiras que impossibilitam a participação e a inclusão social das pessoas com deficiência, sem perder de vista as adversidades por elas enfrentadas ou percepções até capacitistas que podem trazer sobre pessoas com deficiência. Por esses motivos, também na conferência de Salamanca de 1994 faz menção sobre esse tema:

Deverão ser estreitadas as relações de cooperação e apoio entre administradores das escolas, professores e pais, fazendo com que estes últimos participem na tomada de decisões, em atividades educativas no lar e na escola (onde poderiam assistir a demonstrações técnicas eficazes e receber instruções sobre como organizar atividades extra-escolares) e na supervisão e no apoio da aprendizagem de seus filhos (Unesco, 1994, p. 38).

Ao estabelecer uma parceria entre a família, a escola e o/a Profissional de Apoio Escolar (PAE), através da fala dos autores Oliveira *et al.* (2020, p. 404) “a família tem o seu papel na frequência, pontualidade e assiduidade do aluno à escola e ao AEE, dentre outros” na minha opinião é possível que mantendo esse comprometimento possa fortalecer os projetos de inclusão tanto dentro quanto fora do ambiente escolar, dito isso novamente a conferência de Salamanca de 1994 no Art. 62 (UNESCO, 1994) descreve:

Os governos devem tomar a iniciativa de promover a cooperação com os pais, através do estabelecimento de medidas de carácter político e da publicação de legislação relativa aos respectivos direitos. Deve estimular-se o desenvolvimento das associações de pais e os seus representantes ser chamados a pronunciar-se sobre a elaboração e implementação de programas destinados a promover a educação dos filhos. Deverão também ser ouvidas, para este fim, as organizações de pessoas com deficiência.

Essa combinação poderia permitir um maior potencial a ser alcançado na educação inclusiva, contribuindo em um aprendizado que respeite as diferenças e valorizando cada potencialidade das pessoas com deficiência.

2.2 Desafios da formação de PAE.

Primeiramente, o desafio mais significativo deste trabalho consiste na escassez de informações mais específicas sobre a formação do/a Profissional de Apoio Escolar (PAE), tanto em relação ao cotidiano de suas funções quanto sobre a abordagem deste tema em artigos de pesquisa ou na legislação. Como descrito pelas autoras Ferreira *et al.* (2022, p. 659):

Embora o Brasil, tenha avançado nesse sentido e elaborado documentos legais, percebe-se ainda a necessidade de um maior direcionamento e esclarecimento sobre a função que deve assumir e desempenhar o profissional de apoio escolar, como por exemplo, a profissionalização e regulamentação desse serviço, assim como, aspectos que possibilitem sua formação para atuar com o público-alvo da educação especial de modo a contribuir na formação desses sujeitos.

Posto isso, a meu ver, possivelmente as razões que sustentam a carência de documentos que abordam “formação do PAE” sejam, por ser uma atuação profissional recente, que apenas é solicitada mediante a matrícula e a presença do (a) aluno (a) com deficiência, bem como por ser voltada para promover adaptações e por meio de técnicas condizentes com as necessidades e potencialidades de cada discente.

Além disso, como já ressaltado anteriormente, o cargo de agente de inclusão não é amparado e regulamentado pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). O que possivelmente gera um desinteresse pela profissão e pela padronização de um currículo específico.

No entanto, conforme apresentado no dia 16 de setembro de 2021, está sendo votado o projeto de lei 3205/21 de autoria do Senador Romário (PSB/RJ), que visa realizar alterações na Lei 13.146/2015 entre outros aspectos, quanto a PAE`s. Conforme o art. 28, inciso XVII, §3º da Lei 3205/21¹:

§ 3º Os requisitos de formação do profissional de apoio escolar, preferencialmente em nível superior, levarão em consideração o nível de complexidade do atendimento, admitida a formação mínima em nível médio. (NR) (Brasil, 2021, art. 28, § 3º).

Dessa maneira, no meu entender, caso a legislação mencionada seja promulgada, o Profissional de Apoio Escolar (PAE), além das suas funções já designadas, ocorrerá a adição de responsabilidades de caráter pedagógico voltadas para as necessidades específicas do/a estudante com deficiência sob seus cuidados, no site Agência Câmara de Notícias (2022) diz a respeito das alterações na lei: “O texto prevê que o pessoal de apoio escolar seja formado preferencialmente em nível superior e que essa qualificação esteja vinculada ao nível de

¹ https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2075251

complexidade do atendimento prestado”. Até o presente momento, a legislação ainda não especifica quais são as qualificações necessárias para a formação e atuação destes profissionais.

No entanto, é crucial enfatizar que uma formação adequada às necessidades e uma definição clara das funções do Profissional de Apoio Escolar (PAE), são elementos que impactam fundamentalmente na efetivação da educação inclusiva. Em minha perspectiva, é necessário dar maior visibilidade ao trabalho realizado por esses/as profissionais, que desempenham um papel relevante nas dinâmicas das escolas.

Vale lembrar, os dados em estudos que apontam a insuficiente formação de professores/as em relação à inclusão de pessoas com deficiências, o que reforça a urgência de uma proposição mais qualificada em torno da formação e dificulta ainda mais a integração entre PAE's e docentes na busca por práticas educacionais inclusivas e não capacitista.

Levando em consideração o meu interesse pessoal como Profissional de Apoio, que além das formações básicas dadas do meu período de estágio na cidade de Redenção-Ceará, empenhei-me em buscar cursos que me pudessem auxiliar a compreender a singularidade do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) que atualmente acompanho. Com o apoio da escola, tenho procurado maneiras de lidar com as especificidades deste e de outros alunos com deficiência, visando promover uma convivência harmoniosa no ambiente escolar.

3 CONCLUSÃO

Em síntese, é perceptível que a presença de um Profissional de Apoio Escolar (PAE) é fundamental para o auxílio e emprego de técnicas inclusivas que estejam em consonância com as atividades pedagógicas da escola junto às necessidades particulares de cada aluno. Visto que, tal função implica em ser um articulador entre a unidade de ensino e o estudante.

É perante tal relevância e proximidade com o tema abordado, que também evidenciou através de informações anteriormente citadas, as contribuições que o PAE vem gerando para com os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas. Que ao meu ver, além de garantir parcialmente a efetivação de projetos inclusivos, ao mesmo tempo tem garantido ao ambiente escolar a confiança, e conseqüentemente o aumento do número de matrículas de pessoas com deficiências. Diante do exposto, é possível observar que as legislações representam o marco inicial para as transformações na realidade educacional, as leis, em sua essência, expressam os princípios e objetivos que orientam as políticas educacionais e as práticas pedagógicas, estabelecendo diretrizes que moldam a estrutura e o funcionamento do sistema educacional.

Todavia, apesar de dados anteriormente apresentados corroboram ou apresentarem resultados positivos, que eventualmente seja, mediante o uso de políticas inclusivas e das salas comuns nas escolas. É de salientar que ainda há muito a avançar na estrutura física e pedagógica das escolas, e sem a adequação apropriada das instituições de ensino, sobretudo, da qualificação e definição precisa da função do PAE nas escolas, os resultados podem não ser tão efetivos. Além disso, é necessário repensar fatores como excesso de trabalho e a quantidade de alunos/as sob a responsabilidade do Profissional de Apoio. Estes aspectos são cruciais para garantir a eficácia da atuação do (a) agente de inclusão.

Por isso, este ensaio acadêmico não encerrará os diversos debates que envolvem o papel e os direitos de trabalho a serem conquistados pelo Profissional de Apoio Escolar, assim como, as lutas por um sistema educacional mais inclusivo. Pelo contrário, contribuirá para o reconhecimento dessa profissão, e indagará quando realmente é necessário à sua atuação em sala de aula. O curso de Bacharelado Interdisciplinar em humanidade abrange um vasto campo de conhecimento que permite seguir vários caminhos de pesquisa. Por esse motivo, ao longo do curso, fui me interessando cada vez mais pela área da educação, que considero fundamental para o desenvolvimento humano e social. Pretendo seguir na terminalidade o curso de Pedagogia, pois acredito que essa formação me capacitará para atuar como educadora, pesquisadora ou em diversos contextos educacionais.

REFERÊNCIAS

AGENCIA Câmara de Notícias aprova ampliação de atribuições de profissionais que prestam apoio escolar a alunos com deficiência em 05/2022. Disponível em: <https://x.gd/3fmfV>. Acesso em: 20 novembro. 2023

AVAMEC Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação. [S.l.: s. n.]. Disponível em: <https://avamec.mec.gov.br>. Acesso em: 19 setembro. 2023.

BRASIL, Lei n. 9.394/96, 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 14 de setembro de 2023.

BRASIL, Lei n.13.146, 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em: 10 de setembro. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados/2022>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

CARVALHO, Rosita Edler. **O direito de ter direitos**. In: Educação especial: tendências atuais. Editora: Ministério da Educação, (Org.). Ministério da educação. Brasília, 1999. p.17-26.

MARCHESAN, A.; CARPENEDO, R. F. **Capacitismo**: entre a designação e a significação da pessoa com deficiência. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/349045614_CAPACITISMO_ENTRE_A_DESIGNACAO_E_A_SIGNIFICACAO_DA_PESSOA_COM_DEFICIENCIA. Acesso em: 13 de setembro. 2023.

OLIVEIRA, F. Â. DE; GOMES, A. L. L. Profissionais de apoio em sala de aula comum: reflexões sobre concepções e práticas no contexto escolar. **Educação e Cultura Contemporânea**, v. 17, n. 50, 2020. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/educ/article/viewArticle/5046>. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

PACHECO, R. Projeto de Lei n.o 3.205-A DE 16 de novembro de 2021. Altera a Lei 13.146, de 06 de julho de 2015, que busca implementar uma possível necessidade de ensino superior para os Profissionais de Apoio Escolar. Disponível em: <https://x.gd/ufhya>. Acesso em: 10 nov. 2023.

PLATAFORMA ESPAÇO DIGITAL. **PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MAPEAMENTO DE PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS**. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/91601>>. Acesso em: 20 out. 2023.

REDENÇÃO (CE). **Edital nº022/2022**. Processo seletivo simplificado para estágio remunerado da secretaria municipal de educação de redenção – educação inclusiva. Redenção,

Secretaria de Educação de Redenção, 2022. Disponível em:
<https://www.redencao.ce.gov.br/processoseletivo.php?id=730>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento de Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994. Disponível em:[https://pnl2027.gov.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao_Salamanca.pdf](https://pnl2027.gov.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao_Salamanca.pdf)>. Acesso em: 11 out. 2023.

VENDRAMIN. Carla. **Repensando mitos contemporâneos: O Capacitismo**. Disponível em:
<https://x.gd/AgoKs>.